

GT 3 - Gestão, práticas educativas e currículo da educação básica.

A PARTICIPAÇÃO DE EDUCADORES NA CONSTRUÇÃO DO PPP E DOS PLANOS DE CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFRN

**Dante Henrique Moura. IFRN. dante.moura@ifrn.edu.br
Maria das Graças Baracho. IFRN. graca.baracho@ifrn.edu.br
Ulisséia Ávila Pereira. IFRN. ulisseia.avila@ifrn.edu.br**

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar parte dos resultados de uma pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), pelo Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), no período de 2008-2011, com financiamento do Edital MCT/CNPq n.014/2008-Universal.

Nessa pesquisa, partiu-se do pressuposto de que o acompanhamento e a avaliação do processo de implementação de novos projetos é de extrema relevância em qualquer área do conhecimento e, mais especificamente, na esfera educacional.

Entretanto, no plano interno do IFRN — Instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino — ainda não se avançou na direção de consolidar processos sistemáticos de acompanhamento dos projetos político-pedagógicos (PPP) institucionais e de suas respectivas ofertas educacionais.

Apesar disso, é preciso ressaltar que, nos últimos anos, a Instituição avançou no que se refere à construção coletiva dos PPP e dos planos de cursos deles decorrentes. Porém, após a entrada em vigor desses projetos não se tem observado avanços significativos quanto ao seu acompanhamento.

Nessa perspectiva, o sentido da presente pesquisa foi o de tentar desvelar o que está ocorrendo no ensino médio integrado aos cursos técnicos (EMI) em desenvolvimento no IFRN, a fim de traçar um panorama, compreender sua ocorrência na prática, comparar o proposto no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nos planos de curso com o que realmente ocorre na prática e produzir conhecimentos visando ao aperfeiçoamento dos processos educacionais da Instituição.

Com o fim de explicitar as motivações que deram origem à mencionada pesquisa, é necessário voltar ao ano de 2003, quando se iniciou no IFRN (à época, Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte) o debate e a construção de uma proposta sobre a implementação de um novo Projeto Político-Pedagógico, que resultou, inicialmente, no documento "Redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico do CEFET-RN: ponto de partida" (CEFET-RN, 2003), produzido por um grupo de trabalho.

Em 2004, estudos e discussões foram ampliados para a dimensão coletiva, de modo que foram produzidas as bases teórico-metodológicas do novo PPP, que abrangem todos os cursos da Instituição, materializadas no documento "Projeto Político-Pedagógico: um documento em construção" (CEFET-RN, 2005).

Assim, a partir de 2005, começaram a ser implementados, nas unidades de Natal e de Mossoró, os cursos de Ensino Médio Integrado destinados, prioritariamente, aos adolescentes concluintes do ensino fundamental, denominados de cursos de EMI regular.

Entende-se que a denominação regular para referir-se tanto à faixa etária como à modalidade traz pressuposto um duplo preconceito: contra a modalidade EJA e contra os sujeitos aos quais ela se destina, entretanto é o termo amplamente utilizado, inclusive, nos textos legais.

Não obstante, sempre que esse termo for utilizado para tratar da EJA em comparação com a educação proporcionada aos sujeitos no tempo criança ou no tempo adolescente, será grafado em *itálico* com o objetivo de explicitar a discordância dos autores deste artigo e de outros pesquisadores com o duplo preconceito antes mencionado.

Nesse contexto, o redimensionamento do PPP teve continuidade nos anos posteriores a 2005, de modo a alcançar os planos dos demais cursos da Instituição: cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas em um primeiro momento e, posteriormente, os planos dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Ainda foram sendo construídos, gradativamente, os regulamentos de ensino próprios de cada um dos cursos e os documentos específicos orientadores das políticas do IFRN em educação à distância, pesquisa e extensão, pós-graduação e educação inclusiva, todos incorporados ao PPP, à medida que eram concluídos.

Em meio a esse movimento, surgiram novos elementos que alteraram profundamente a ação educacional do IFRN, ampliando suas atribuições e tornando complexa, ainda mais, a sua função social: ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.

Um desses elementos foi a exigência de que a rede federal de educação profissional tecnológica passasse a oferecer ensino médio integrado aos cursos técnicos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de 2006, no âmbito do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), criado por ato legal do Governo Federal (BRASIL, 2005; BRASIL, 2006).

Paralelamente, ocorreu a primeira fase da expansão dessa rede federal de educação, da qual resultou a implantação, no IFRN, de três novas unidades, atualmente denominadas de Câmpus: Natal/Zona Norte, Ipanguaçu e Currais Novos.

Essas três unidades entraram em funcionamento, a partir do segundo semestre de 2006, atuando no EMI na modalidade EJA em razão do Proeja e, também, no EMI *regular*. No mesmo período letivo, a unidade de Mossoró também iniciou suas atividades no EMI na modalidade EJA.

Cabe destacar que o ensino médio integrado está presente em todas as unidades da Instituição já existentes e estará nas futuras, tanto na modalidade EJA como na forma destinada aos adolescentes concluintes do ensino fundamental, com exceção do Câmpus Natal Central que não atua na modalidade EJA.

Também importa evidenciar que, no caso do Proeja, o IFRN atua na oferta direta do ensino médio integrado aos cursos técnicos e já atuou no curso de especialização para formar profissionais da educação pública da União, do Estado do Rio Grande do Norte e de seus municípios que atuam ou atuarão nesses cursos.

Diante do panorama traçado, o objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de implementação do ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio nos Câmpus Natal Central, Natal Zona Norte, Mossoró, Ipanguaçu e Currais Novos do IFRN, desde o ponto de vista da gestão e do currículo, visando contribuir para o aperfeiçoamento da ação educacional da Instituição.

A partir do objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a participação dos docentes, gestores acadêmicos, pedagogos e estudantes na implementação do EMI;
- Analisar a concepção dos docentes, gestores acadêmicos e pedagogos acerca do EMI;
- Analisar a formação dos docentes e suas implicações quanto à atuação no EMI;
- Analisar as relações existentes entre o currículo proposto e a prática curricular efetivada;
- Analisar, comparativamente, os processos de implementação do EMI *regular* e na modalidade EJA.

Dessa maneira, foram definidas quatro categorias empíricas para orientar a pesquisa: participação, concepção, práticas pedagógicas e formação docente.

Considerando todo esse contexto e a amplitude da pesquisa, optou-se por focalizar neste artigo a participação de docentes, gestores e pedagogos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos planos de curso de Ensino Médio Integrado *regular* e EJA em uma das unidades pesquisadas, o Câmpus Natal Zona Norte, unidade pioneira na primeira fase da expansão do IFRN.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, tendo como principal fonte de informações as entrevistas semiestruturadas, realizadas com amostras do total de docentes, pedagogos e gestores acadêmicos do Câmpus Natal Zona Norte.

Previamente às entrevistas, foram dirigidos questionários ao universo de cada um desses grupos com o objetivo de obter uma primeira aproximação a respeito da compreensão dos sujeitos investigados acerca das questões de estudo e, dessa forma, coletar dados visando à elaboração dos roteiros para as entrevistas.

As respostas obtidas por meio dos questionários também foram utilizadas, em alguns casos, para fazer a triangulação das contribuições proporcionadas pelos distintos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, observou-se que houve um movimento recursivo entre os questionários e as entrevistas. Em um primeiro momento, os questionários tiveram o objetivo de proporcionar uma aproximação inicial ao pensamento dos sujeitos da pesquisa acerca da problemática investigada conforme já mencionado, tendo inclusive contribuído para redefinir algumas categorias de análise.

Entretanto, ao analisar as entrevistas foi necessário, em alguns casos, retornar aos questionários na busca de uma melhor compreensão das contribuições dos entrevistados, estabelecendo-se uma relação dialógica entre os entrevistados e os respondentes dos questionários em torno do objeto de estudo.

No percurso teórico-metodológico desenvolvido pelos pesquisadores, destacam-se, além da aplicação dos questionários e das entrevistas já mencionadas, a análise de documentos legais, especialmente o Decreto n. 5.154/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e o Decreto n. 5.840/2006 (Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), assim como os documentos institucionais, com destaque para o PPP.

Entre os autores que nortearam a análise dos questionários e das entrevistas semiestruturadas, encontram-se, principalmente, Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), Machado (2008; 2009), além de Ramos (2004), que discutem o ensino médio integrado, a partir de uma concepção fundamentada no eixo estruturante trabalho, ciência tecnologia e cultura, tendo o trabalho como princípio educativo.

Vale salientar que no Câmpus Natal Zona Norte foram realizadas quatro entrevistas, junto aos seguintes educadores: dois docentes, um gestor e um pedagogo

devidamente codificados: os docentes D5 e D8, o gestor G4 e o pedagogo P5.

Ainda foram realizadas entrevistas com estudantes, das turmas T5 e T6, respectivamente, do EMI em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade EJA e em Informática *regular*.

Em todos os casos, visando preservar a identidade dos entrevistados e das entrevistadas, optou-se por fazer o tratamento no masculino e/ou pelo código. Assim, apesar de haver professores e professoras, pedagogos e pedagogas, gestores e gestoras, assim como alunos e alunas, a referência a qualquer sujeito será sempre feita no masculino ou pelo correspondente código já especificado.

Após a transcrição e codificação das entrevistas foi iniciada a análise, constituída basicamente por cinco etapas, sendo três de caráter mais preparatório da informação obtida e as duas últimas nas quais foi realizada a análise propriamente dita.

Na primeira etapa, foram distribuídas textualmente as contribuições dos sujeitos, segundo as categorias da pesquisa.

Com relação à segunda etapa, fez-se uma síntese das contribuições anteriores por meio de paráfrases, mantendo-se textualmente alguns trechos que melhor representam o pensamento do entrevistado.

Quanto à terceira etapa, as contribuições foram organizadas por grupo e por câmpus, tendo em vista que o objetivo geral da pesquisa está relacionado a cada um dos câmpus pesquisados: Natal Central, Mossoró, Natal Zona Norte, Ipanguaçu e Currais Novos. Dessa forma, essa fase consistiu em reunir as contribuições dos sujeitos de cada grupo por câmpus.

A quarta etapa ou a análise propriamente dita consistiu em contrastar, em cada câmpus as contribuições proporcionadas pelos distintos grupos/sujeitos. Nessa fase, também se recorreu às contribuições obtidas por meio dos questionários, em geral, com o objetivo de reforçar ou refutar alguma conclusão obtida por meio da análise das entrevistas.

Na quinta e última etapa da análise, buscou-se identificar as aproximações e diferenças entre os resultados encontrados nos cinco câmpus do IFRN pesquisados, o que permitiu formular as conclusões mais gerais da pesquisa, considerando a realidade do IFRN como um todo assim como as especificidades de cada unidade.

A análise teve a contradição como categoria teórica norteadora, pois, por meio dela pode-se identificar em um mesmo fenômeno positividade e negatividade ao mesmo tempo.

Cabe ressaltar ainda que a análise das entrevistas não se restringiu à descrição do conteúdo explícito das falas, uma vez que o discurso é permeado de ideologias e de relações de poder. Como consequência, traz explícita ou implícita, a concepção de mundo de quem os enuncia. Por isso, buscou-se na Análise do Discurso de linha francesa o aporte teórico para perceber a inscrição dessas relações e as concepções dos informantes sobre as categorias trabalhadas.

2 A PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES, GESTORES E PEDAGOGOS NA CONSTRUÇÃO DO PPP E DOS PLANOS DE CURSO DO IFRN/CÂMPUS NATAL ZONA NORTE: IMPLICAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES.

Inicialmente, é importante destacar que a participação enquanto categoria constitui-se uma dimensão básica da cidadania na perspectiva da emancipação humana. Por isso, deve ser buscada, conquistada, o que supõe compromisso, decisão de mudança, organização, respeito mútuo, capacitação, mobilização e ética.

Segundo Gadotti (2006, p. 111), “a participação só tem sentido quando existe por trás uma ética, uma decisão de mudar realmente e não apenas as aparências [...]”.

Nesse sentido, a participação no âmbito escolar deve se materializar na inter-relação com os sujeitos, por meio de uma gestão democrática implementada com participação de qualidade, em que os sujeitos envolvidos pedagogicamente, tecnicamente e politicamente no processo educativo busquem inclusive a consolidação da função social da escola e dos seus objetivos.

Nessa perspectiva, a gestão democrática envolve inclusive a elaboração, implementação e avaliação de um projeto político-pedagógico — documento este que retrata a identidade da escola — com participação ativa, por parte do coletivo escolar.

Na concepção de Veiga (2000, p. 20), na dimensão pedagógica do projeto político-pedagógico “reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas”.

Assim, objetivando uma educação com qualidade socialmente referenciada, a qual somente será possível e real se almejada no horizonte de que a aprendizagem dos sujeitos se estabelece como direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo, o IFRN vem, ao longo da sua história, efetivando um trabalho pedagógico, buscando a participação dos seus diversos segmentos na elaboração de projetos político-pedagógicos e planos de cursos, sem perder de vista a sua função social e os seus objetivos.

Diante desse cenário e tomando-se como recorte temporal o ano de 2004, perguntou-se aos sujeitos, partícipes da pesquisa: Como se deu a sua participação na construção do projeto político-pedagógico em 2004, que integralizou todas as ofertas de ensino dessa Instituição e nos planos de cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?

Segundo os entrevistados, no Câmpus Natal Zona Norte, a participação no processo de construção do PPP e nos planos dos cursos não ocorreu, pois quando ingressaram no IFRN esses documentos já haviam sido elaborados.

Ressalta-se que o Câmpus Natal Zona Norte começou suas atividades 2006.2, enquanto os planos dos cursos já haviam sido elaborados anteriormente. Nesse contexto, os planos dos cursos de Ensino Médio Integrado, destinados aos adolescentes foram elaborados em 2004, no âmbito do Redimensionamento do PPP iniciado naquele ano, e os relativos à modalidade EJA foram desenvolvidos em 2006.1; todos nos Câmpus Natal Central e Mossoró, únicos existentes até então.

Essa situação do Câmpus Natal Zona Norte exige uma reflexão, pois, se por um lado se trata de uma nova unidade que entraria em funcionamento, realmente era necessário que os planos dos cursos fossem elaborados previamente e é razoável que isso tenha sido feito pelos profissionais que já estavam na Instituição.

Por outro lado, seria muito importante que aos docentes, aos pedagogos e aos gestores acadêmicos da nova unidade tivesse sido proporcionada a oportunidade de estudar, de discutir e de analisar os respectivos planos de curso, no sentido de se apropriarem de seus conteúdos e, inclusive, poderem dar alguma contribuição visando aperfeiçoá-los, antes de começarem a implementá-los.

A falta dessa aproximação inicial de forma sistematizada pode ter comprometido a atuação dos sujeitos, principalmente dos docentes, na operacionalização do currículo, posto que não se sentem partícipes dessa construção.

Nessa perspectiva, o professor é expropriado de sua intelectualidade e é considerado como um técnico que aplica um currículo concebido por outros, não lhe cabendo questionar, problematizar ou aperfeiçoar, cabendo-lhe tão somente executar o que fora anteriormente prescrito.

Coube, então, aos pesquisadores investigar por que não ocorreu essa aproximação inicial dos sujeitos de forma sistematizada ao currículo institucional.

Nesse sentido, os resultados encontrados evidenciam que um dos elementos centrais que podem explicar essa situação é a excessiva pressa para colocar em funcionamento tanto essa como as outras novas unidades abrangidas pela pesquisa.

No caso do Câmpus Natal Zona Norte há um elemento a mais que evidencia essa pressa. A unidade começou a funcionar antes mesmo de existir fisicamente, pois em 2006.2, enquanto o prédio estava sendo construído, foram oferecidas as primeiras turmas a ela vinculadas que funcionaram, naquele período letivo, no prédio de Natal Central, pois era *necessário* apresentar matrículas à sociedade.

Importa ressaltar que em 2006.2, quando a unidade entrou em funcionamento não ofereceu vagas no EMI *regular*, esfera na qual o IFRN já vinha atuando nas unidades Natal Central e Mossoró. Entretanto, ofereceu o EMI na modalidade EJA, em razão de orientações do MEC para que se iniciassem as ofertas correspondentes ao Programa Proeja.

Esse movimento evidencia uma contradição importante, pois o IFRN, até então não havia atuado de maneira sistemática na educação de jovens e adultos e começou a fazê-lo por meio do Proeja, em novas unidades e sem processo sistemático de formação inicial e/ou continuada dos profissionais envolvidos.

Vale salientar que antes disso, em 2006.1, o IFRN iniciou um curso de EMI na modalidade EJA em Controle Ambiental – uma turma do convênio CEFET-RN/MST/MDA/INCRA –, no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a qual não está incluída na presente análise, em razão de suas especificidades, dentre as quais o fato de o conjunto de professores que nela atuou terem sido convidados/voluntários dentre os profissionais da Instituição. Também, destaca-se que o curso foi vinculado à Unidade Natal Central, mas funcionou no Centro de Treinamento Patativa do Assaré, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Ceará Mirim-RN, distante 40 Km de Natal.

Desse modo, cabe questionar a eficácia de tal medida mesmo considerando apenas o viés estreito da quantidade de matrículas, pois o curso de EMI em Informática na modalidade EJA, implantado em 2006, apresentou elevadíssima taxa de evasão, de maneira que dos 80 estudantes matriculados inicialmente apenas 40 continuaram matriculados em 2007, 30 em 2008 e 13 em 2009, os quais concluíram o curso (CEFET-RN, 2007; CEFET-RN, 2008; IFRN, 2009; IFRN, 2010).

Além disso, como houve muitas dificuldades de aprendizagem por parte dos estudantes, a gestão decidiu cancelar novas entradas nesse curso e transformá-lo, já em 2007, em um curso de Manutenção de Computadores, sob a alegação de que esse seria mais adequado ao público da EJA por sua natureza mais prática.

Essa medida evidencia a visão da gestão, compartilhada por grande parte do corpo docente, em relação aos sujeitos da EJA. Segundo essa visão, o público da EJA não tem a capacidade de desenvolver o raciocínio abstrato porque não desenvolveu essa capacidade no *tempo certo*. Dessa forma, para eles é mais adequado um curso de caráter mais prático-instrumental.

Deve-se ainda observar, no caso específico em discussão, que não houve questionamentos sobre se as metodologias desenvolvidas pelos professores eram ou não adequadas à modalidade EJA, uma vez que esses profissionais não receberam formação para nela atuar. Simplesmente, partiu-se do pressuposto de que o problema estava na falta de capacidade de os sujeitos estudantes da EJA desenvolverem raciocínio mais abstrato e que, portanto, a solução era transformar o curso em outro de caráter mais pragmático e adequado às *limitações cognitivas* de seus sujeitos, sem maiores questionamentos acerca dos outros atores diretamente envolvidos no processo pedagógico, docentes, equipe pedagógica e

gestores acadêmicos.

Esse tipo de raciocínio está eivado de um determinismo que vai frontalmente contra uma característica fundamental do ser humano que é seu caráter histórico-social e, portanto, de ser inacabado e em constante processo de vir a ser (FREIRE, 1996).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constatou-se que um dos elementos centrais para a não apropriação plena do PPP e dos Planos de Curso pelos educadores do Câmpus Natal Zona Norte, decorreu da excessiva pressa para colocar essa Instituição de Ensino em funcionamento.

Em decorrência disso, não houve participação dos educadores dessa Instituição na fase de elaboração do PPP e dos respectivos planos dos cursos de EMI integrado *regular* e na modalidade EJA porque as bases teórico-metodológicas do PPP e a maioria dos planos dos cursos de EMI *regular* foram elaboradas em 2004, assim como todos os planos dos cursos de EMI na modalidade EJA, enquanto a quase totalidade dos profissionais ingressou na Instituição a partir do segundo semestre de 2006.

Isso significa dizer que, o PPP do IFRN elaborado, aprovado, publicado e divulgado, cujo objetivo principal é melhorar a qualidade da educação, não conseguiu se converter em elemento norteador de toda a ação institucional. Um documento é claro, bem elaborado, mas que não tem repercussão plena na vida institucional, uma vez que os docentes, os pedagogos e os gestores acadêmicos não se apropriaram de seus conteúdos.

Quanto à participação na implementação dos cursos no Câmpus Natal Zona Norte, esse processo foi fortemente afetado pela realidade concreta que sobreveio à construção das bases teórico-metodológicas do PPP, fazendo com que o processo de acompanhamento do novo currículo, especialmente, no que se refere ao Ensino Médio Integrado perdesse a centralidade.

Isso se deu devido à Instituição ter sido convocada para atender a outras demandas, decorrentes do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica em geral e, em particular, do IFRN.

Portanto, a rápida expansão institucional do IFRN deslocou a centralidade de sua ação educacional do acompanhamento e aperfeiçoamento das ofertas educacionais já existentes para a criação de novos cursos, para a construção de novas unidades e para a reestruturação da estrutura organizacional, negligenciando-se, em parte, a implementação do Ensino Médio Integrado.

Desse modo, os cursos de EMI na modalidade EJA apresentaram níveis muito elevados de evasão. A título de ilustração menciona-se a situação de Informática/EJA de Natal Zona Norte, no qual dos 80 estudantes matriculados inicialmente em 2006, apenas 40 continuaram matriculados em 2007, 30 em 2008 e 13 em 2009, os quais concluíram o curso (CEFET-RN, 2007; CEFET-RN, 2008; CEFET-RN, 2009; CEFET-RN, 2010).

Por outro lado, a pesquisa evidenciou que está havendo significativa participação do corpo docente na implementação dos cursos de ensino médio integrado. Segundo os relatos dos entrevistados, principalmente as reuniões pedagógicas estão contribuindo inclusive para o surgimento de propostas de ajustes nos planos que haviam sido elaborados inicialmente.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.478**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.

_____. **Decreto nº 5.840**. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 23 de julho de 2006.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Redimensionamento do Projeto Pedagógico do CEFET-RN: Ponto de partida**. Natal: CEFET-RN, 2003.

_____. **Redimensionamento do Projeto Pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção**. Natal: CEFET-RN, 2005.

_____. **Relatório de Gestão 2006**. Natal: CEFET-RN, 2007. Disponível em <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/relatorios_gestao>. Acesso em: 01. Set.2010.

_____. **Relatório de Gestão 2007**. Natal: CEFET-RN, 2008. Disponível em <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/relatorios_gestao>. Acesso em: 01. Set.2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório de Gestão 2009**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/relatorios_gestao>. Acesso em: 01. set. 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. 7. ed. Campinas, 2000.